

Oito sugestões para partir à descoberta do Portugal desconhecido

Marcelo anunciou que vai passar férias em Pedrógão Grande
O *i* mostra-lhe os spots imperdíveis do interior do país

De Jorge Coelho a Tony Carreira: seis personalidades dão dicas sobre o que há de melhor nas terras onde nasceram // PÁGS. 20-25



Concertação social: “Não é um acordo ótimo mas é um acordo bom”, diz ao líder da UGT

// PÁGS. 4-5

Carlos Carreiras sobre eleições em 2019: “O país exige ao PSD e ao CDS que se coliguem”

// PÁG. 28

Altice dá “folga” aos funcionários para verem Portugal-Marrocos

// PÁG. 48

MP quer marroquino que jogava ao pião julgado por terrorismo

// PÁG. 12

PORTUGUESES RENOVAM 600 MIL CARTÕES DE CIDADÃO ESTE ANO

Balcões abertos ao sábado para fazer face às enchentes // PÁGS. 8-9

Lei de Bases da Saúde. BE exige fim das PPP e das taxas moderadoras mas consenso ainda é possível // PÁGS. 6-7

Greve dos professores. Serviços mínimos podem não abranger reuniões de avaliação // PÁGS. 10-11



Greve. Governo arrisca-se a não ver serviços mínimos decretados

Reunião entre sindicatos e governo chegou ao fim sem acordo e vão ser pedidos serviços mínimos a partir de 2 de julho. Advogados ouvidos pelo *i* entendem que as avaliações não podem ser abrangidas

ANA PETRONILHO
ana.petronilho@online.pt

Ao fim de mais de seis horas de reunião, o Ministério da Educação e os 11 sindicatos não chegaram a acordo, tal como era esperado, sobre os serviços mínimos para a greve às reuniões de avaliações a partir de 2 de julho. Além disso, o Sindicato de Todos os Professores (STOP) entregou ontem à tutela um novo pré-aviso de greve estendendo o protesto até ao fim de julho.

A decisão sobre o decreto de serviços mínimos está agora nas mãos de um juiz que vai presi-

dir ao colégio arbitral, que vai ter de se pronunciar até dia 28.

No entanto, o governo – que segundo fonte oficial pediu serviços mínimos apenas para os anos em que se realizam exames nacionais (9.º, 11.º e 12.º anos) – arrisca-se a não os ver declarados. A lei não é clara e esta será a primeira vez que um colégio arbitral vai decidir sobre serviços mínimos para uma greve às avaliações dos alunos.

O argumento da tutela para os serviços mínimos a partir de 2 de julho passa por garantir que os alunos do secundário têm as suas notas finais aprovadas a

tempo de se apresentarem ao concurso de acesso ao superior, que arranca a 18 de julho.

O QUE DIZEM OS ADVOGADOS

Mas de acordo com vários advogados especialistas em Direito do Trabalho, ouvidos pelo *i*, as reuniões de avaliação não estão incluídas na norma que permite ao governo solicitar serviços mínimos para a greve às reuniões de Conselhos de Turma, onde são aprovadas as notas atribuídas aos alunos. Na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas lê-se, no artigo 397.º, que são consideradas “necessidades

sociais impreteríveis” e que, por isso, podem ser decretados serviços mínimos, em casos de greve “à realização de avaliações finais, de exames ou provas de caráter nacional que tenham de se realizar na mesma data em todo o território nacional”.

Para o advogado Filipe Azoia, especialista em direito laboral, as “reuniões de avaliação não estão enquadradas nos serviços mínimos”. Isto porque as reuniões de Conselhos de Turma atribuem notas de avaliação “prévias à passagem aos exames”, não atribuem “avaliações finais”, no caso dos anos de esco-

laridade com exames nacionais. As avaliações finais “resultam dessa nota de avaliação e da nota do exame”, defende Filipe Azoia.

Além disso, acrescenta a advogada Joana Aroso, nos anos em que não são realizados exames ou provas nacionais, as reuniões de Conselho de Turma não decorrem todas à mesma data a nível nacional. “É um ato remarcável”, sublinha ainda a advogada de Direito da Administração Pública da José Pedro Aguiar Branco Advogado. “Não é um ato imperioso que tem de se realizar naquele dia”, conclui. Por isso, “não estou a ver como se pode incluir as reuniões” na norma, remata Joana Aroso.

Estes serão alguns dos argumentos que vão ser apresentados ao juiz pelos sindicatos na hora de decisão do colégio arbitral. “Estamos acompanhados por advogados e não estamos a dar passos em falso” quando convocamos as greve, frisa ao *i* o secretário-geral da Federação Nacional de Educação (FNE), João Dias da Silva. O mesmo diz a presidente do Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE), Júlia Azevedo, para quem “os serviços mínimos estão previstos apenas para os exames”. Tal como todos os sindicatos, Júlia Azevedo questiona a razão para que a tutela

Alunos foram a exame de Português sem saber nota dos professores

Foi às 9h30 minutos de ontem que, em milhares de escolas secundárias, soou o toque de entrada para o exame nacional de Português. Esta foi a primeira prova nacional do 12.º ano que decorreu no meio da guerra aberta entre o governo e os professores, que estão em greve às avaliações. A maioria dos 74 354 alunos inscritos no exame realizaram a prova sem saberem que nota vão ter dos seus professores. O *i* foi falar com alguns estudantes que foram ontem a exame para saber se a situação influenciou a forma como se prepararam para a prova



Saliu Spencer,
23 anos
"Não me preocupou não saber a nota porque estive atento às matérias"

Foi em duas horas que o finalista Saliu Spencer realizou o ontem exame nacional de Português do 12.º ano na Escola Secundária D. Pedro V, em Lisboa. Saliu foi um dos cerca de 130 alunos do 12.º ano daquela escola que foi a exame sem saber que nota vai ter do professor, contou ao *i*. No entanto, esta foi uma contingência que não o preocupou e não influenciou sequer a forma como se preparou para prova. "Não tive de estudar mais porque estive sempre atento às matérias que a professora disse que potencialmente podiam sair no exame", explicou Saliu Spencer, que diz ainda que por isso não teve surpresas com a prova. "O exame correu bem". O estudante vai candidatar-se a um curso da área de Política numa instituição de ensino superior no estrangeiro e diz que está "tranquilo" até porque a disciplina de Português "não é nuclear", já que vai estudar além-fronteiras.



Carolina Trindade,
19 anos
"Não saber a nota preocupa-me por causa da entrada na faculdade"

Carolina Trindade, de 19 anos, foi outra estudante que foi a exame de Português do 12.º ano sem fazer ideia da nota que lhe vai ser atribuída pelo professor. "Preocupa-me por causa da entrada na faculdade", lamenta a aluna do curso Profissional de Artes e Espetáculo da Escola Secundária D. Pedro V, em Lisboa. No entanto, Carolina assume que não estudou "mais para o exame por não saber a nota". Em julho, vai apresentar-se ao concurso nacional de acesso ao superior para um curso de Teatro. Para isso "preciso de 9,5 valores no exame de Português", porque "não é disciplina específica e preciso mesmo só de fazer o exame", para concorrer ao ensino superior, explicou ao *i*. Sobre a prova, Carolina Trindade diz que "correu bem" e que não era muito difícil. "Superou as minhas expectativas no que toca a dificuldade".



Bárbara Soares,
19 anos
"Preocupa-me não saber a nota mas não estudei mais"

Também Bárbara Soares, de 19 anos, diz que o exame nacional de Português do 12.º ano "correu bem" e que a prova "foi fácil para aquilo que estava à espera". Sobre o facto de não conhecer ainda a avaliação do seu professor, a aluna da Secundária D. Pedro V, em Lisboa, admite estar preocupada. "Não sei que nota preciso de ter no exame para saber a nota final e a média para concorrer à faculdade", lamenta ao *i* Bárbara Soares. Ainda assim, é mais um exemplo de que nem a incerteza a levou a estudar mais: "não estudei mais para o exame por causa disso". Até porque "vou seguir Teatro e o Português vai ser disciplina nuclear". Esta situação com os professores preocupa a aluna "porque não é por sermos de um curso profissional que não temos de saber a nota final", remata.



Márcia Alves,
19 anos
"Estudei mais para o exame por não saber a nota"

Já Márcia Alves, de 19 anos, teve o pensamento contrário e estudou "mais para o exame por não saber a nota do professor". A estudante do curso profissional de Artes e Espetáculos da Escola Secundária D. Pedro V, em Lisboa, leu mais e preparou mais a gramática, conta ao *i*. Sobre a prova, Márcia, que também quer seguir um curso superior de Teatro, diz que "correu mais ou menos, podia ter corrido melhor". A aluna diz que não têm qualquer previsão sobre quando saberão as notas. "O professor não nos deu nenhuma previsão para quando vamos saber as notas mas, também não fui perguntar", confessa a aluna. De futuro, a aluna diz que se vai esforçar "mais para o exame de Inglês" para se candidatar ao curso superior, mas "queria no mínimo 12 valores" no exame de Português. Márcia diz ainda que a greve dos professores distrai, mas tentam focar-se: "Preocupa-nos um pouco mas tentamos abstrair-nos e estudar para ter boa nota."

Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, vai tentar travar efeitos da greve

JOÃO PORFÍRIO

tenha solicitado agora serviços mínimos, depois de terem decorrido duas semanas de greve às avaliações.

Também a Fenprof sublinha que, durante a última reunião na tutela, quando entregou o pré-aviso de greve às avaliações, questionou "insistentemente" o ministro da Educação sobre se a greve às avaliações estavam sujeitas a serviços mínimos. De acordo com o secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira, Tiago Brandão Rodrigues disse aos sindicatos que esse cenário não estava previsto porque as reuniões de Conselhos de Turma "não são necessidades sociais impreteríveis como define a lei, uma vez que uma reunião de avaliação é sempre remarcável".

O mesmo não entende o advogado Nuno Morgado da PLMJ que disse ao *i* que considera as avaliações finais como necessidades sociais impreteríveis, o que pode dar razão ao governo.

A lei geral do trabalho em funções públicas foi alterada em 2013, pela mão do ex-ministro Nuno Crato, para passar a incluir a Educação como setor para o qual o governo pode pedir serviços mínimos. Desde então foram decretados serviços mínimos apenas para garantir a realização de exames nacionais.